

Debates Reforma Administrativa - CCR



Prof. Dr. Everton Picolotto - Presidente da Sedufsm

Reforma Administrativa

Ameaça de Demolição Avança no Congresso Nacional

A proposta em discussão ataca direitos históricos das servidoras e servidores públicos e abre caminho para a privatização do Estado brasileiro.

Golpe Três em Um

Três medidas legislativas com um único objetivo: demolir os serviços públicos brasileiros

PEC

Proposta de Emenda Constitucional

Modifica artigos fundamentais da
Constituição Federal de 1988

PLC

Projeto de Lei Complementar

Responsabilidade por Resultados

PLO

Projeto de Lei Ordinária

Marco Legal da Administração
Pública

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

Modificações substanciais nos artigos 37 e 41 da Constituição Federal

Restrição aos Concursos

Implantação estrutural de terceirizações e contratos temporários de até 5 anos

Sistema de Metas e PGD

Metas e Programas de Gestão de Desempenho (PGD) passíveis de serem utilizados para demissões

Achatamento Salarial

Tabela única remuneratória com salários iniciais iguais ou menores que 50% do topo

Teto de Gastos no Serviço Público

Elevação de despesas limitada a 2,5% ao ano, independente da evolução de receita

PLC: Responsabilidade por Resultados

Ataque à Estabilidade

Abre possibilidade de **demissão por desempenho**, ameaçando direito histórico dos servidores públicos.

Condiciona orçamento dos órgãos às metas estabelecidas e usa avaliação como instrumento para progressão, promoção e bônus.



PLO: Marco Legal da Administração Pública

1

Programa de Gestão e Desempenho

PGD ancorado em indicadores e metas do acordo de resultados para toda a Administração Pública

2

Reorganização de Concursos

Exige estudo técnico preliminar e **avalia terceirização** antes de repor pessoal

3

Reestruturação de Carreiras

Veda progressão exclusivamente por tempo, fixa 20 anos mínimos até o topo e limita remuneração inicial

4

Bônus e Tabela Única

Institui bônus anual vinculado a metas e tabela remuneratória única em até 10 anos

Impactos para a **Carreira Docente**

Três Ameaças Principais



Achatamento Salarial



Gestão por Resultados



Obstáculos a Concursos

Achatamento Salarial e Uniformização

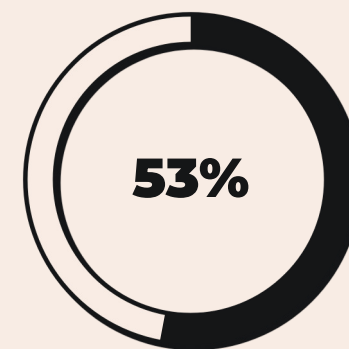
Situação Atual vs. Proposta

Hoje: Salário inicial de docente Dr. 40h/DE é R\$ 13,2 mil (53% do topo)

Com a reforma: Não poderá ultrapassar 50% do topo

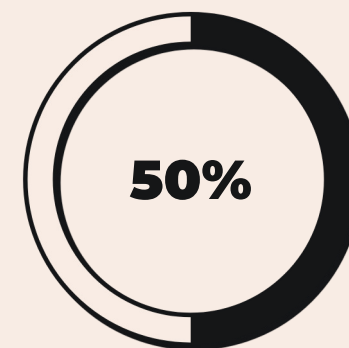
Consequências

- Desincentiva regimes de dedicação e titulação
- Risco de fuga de talentos
- Perda de atratividade das carreiras
- Uniformização remuneratória entre carreiras



Salário Atual

Percentual do topo hoje



Limite Proposto

Teto máximo na reforma

Progressão e Promoção sob Ameaça

Sistema Atual

1

Progressão: Mudança de nível a cada 24 meses, sem metas

Promoção: Depende de titulação e produção, com critérios estabelecidos por cada instituição

Riscos

Pontuações inatingíveis, estagnação na carreira ou até exoneração. Bônus não incidirão na aposentadoria

2

Com a Reforma

Todo mundo terá que alcançar metas

Proíbe progressão apenas por tempo. Promoção dependerá de avaliação e gestão por resultados

3

❏ **Alerta:** O estabelecimento de metas poderá promover punitivismo gerencial, aumentar assédios e provocar adoecimento docente.

Obstáculos à Realização de Concursos

01

Extinção de Cargos

Tendência de extinção sobrecarregando carreiras. Trabalho administrativo já executado por docentes aumentará

02

Ampliação da Terceirização

Normalização de contratos temporários que a Constituição trata como excepcionais

03

Quebra de Princípios

Violação dos princípios da igualdade e impessoalidade, com tratamento discriminatório entre docentes efetivos e não efetivos

Uma Proposta Encomendada

A Ref. Adm. não é um projeto gestado pelo parlamento e em diálogo com a sociedade, mas...

1

Audiência Pública

Em 14 de outubro, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público debateu a proposta, expondo suas falhas e os impactos negativos.

2

Relatório Sem GT

O relatório não foi elaborado pelo Grupo de Trabalho oficial, mas pelo deputado Pedro Paulo (PSD/RJ), com apoio de Marcel Van Hatten (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC), levantando questionamentos sobre a legitimidade da autoria.

3

Lobby Privado

A proposta foi gestada pela ONG "Pessoas à Frente", financiada pela Fundação Lehmann, e conta com o forte *lobby* da Febraban.

Quais os Verdadeiros Motivadores da Reforma?



Reformas Neoliberais

Redução do Estado e transferência de serviços essenciais para a **iniciativa privada**, **terceirização**, PPPs, privatizando o que deveria ser público e acessível a todos.



Mercantilização do Serviço Público

Interesses privados - Transformar serviços públicos gratuitos em **mercadorias** para gerar lucro, colocando o interesse financeiro acima do bem-estar social e dos direitos dos cidadãos.



Enfraquecimento do Serviço Público

Extrema-direita, centrão - Deslegitimar servidores de carreira, **minar sua autonomia** e capacidade de defender os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado, enfraquecendo a democracia.

Defenda Seus Direitos

A Reforma Administrativa Ameaça Conquistas Históricas

Estabilidade

Demissão por desempenho ataca
direito fundamental

Carreira

Achatamento salarial e metas
inatingíveis

Qualidade do Serviço Público

Terceirização e privatização do
Estado